



**Fórum Nacional de Pró-reitores de Planejamento e Administração**  
Regional SUDESTE

Belém, 07 de abril de 2022

Ao Senhor Franklin Matos Silva Júnior (UFSB)  
Coordenador Nacional do Fórum de Pró-reitores de Planejamento e Administração das IFES.

**Assunto: Alerta sobre reajustes de preços realizados nas despesas de custeio para o ano de 2022.**

A regional Sudeste do FORPLAD, em sua reunião ordinária realizada em março último passado, a partir de debate realizado entre as instituições ali representadas, deliberou pelo levantamento preliminar sobre os impactos dos reajustes de preços relacionados às despesas de custeio para o ano de 2022.

Trata-se de cenário bastante desafiador às Instituições Federais de Ensino Superior, dado que tais reajustes ocorrerão em momento no qual enfrentaremos demandas diversas derivadas do retorno presencial de nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão, caracterizando uma situação de corrosão de nosso orçamento em face da dinâmica inflacionária verificada nos últimos anos, particularmente em 2021: segundo o IBGE o Índice de Preços ao Consumidor amplo (IPCA) alcançou, no acumulado, 10,06%. Destarte, outros índices de características mais específicas registraram inflação ainda maior, tais como o INCC - M (Índice Nacional do Custo de Construção - Média), onde verificamos o ajuste de 14,03% para o período.

Insta destacar que a Comissão de Modelos - FORPLAD, em apresentação realizada ao Pleno da Andifes em 17 de fevereiro de 2022 (disponível [aqui](#)), já havia indicado a insuficiência do orçamento das IFES para o exercício, visto que, em valores atualizados, é inferior aos contidos no período de 2014 a 2021, o que se estende para o período de 2009 a 2020 naquilo que se refere ao orçamento discricionário (RP2 e Tesouro).



**Fórum Nacional de Pró-reitores de Planejamento e Administração**  
Regional SUDESTE

Particularmente à ação 20RK, o orçamento é menor do que o verificado no período de 2012 a 2020. Em síntese, verifica-se, segundo estes dados, uma década de perdas impostas às Universidades Federais, acentuadas a partir da Emenda Constitucional 95, que instituiu o chamado “Novo Regime Fiscal” (Teto de gastos), caracterizando situação de aberta insuficiência de recursos em face das demandas colocadas pela pandemia.

Buscando ampliar nossa percepção sobre os impactos inflacionários nas IFES para o ano de 2022, realizamos levantamento preliminar (enquete) com doze (12) instituições da Região Sudeste. São elas: UFLA, UFTM, UFES, UFU, UFSJ, UNIRIO, UFSCAR, UNIFESP, UFMG, UFRJ, UFOP e UNIFAL. Solicitamos informações acerca dos reajustes praticados nos seguintes contratos: Apoio Administrativo, Limpeza e Conservação, Manutenção de Rede Elétrica, Manutenção Predial, Manutenção de Área Verde, Passagens Aéreas (agências), Vigilância e Monitoramento. A enquete contava também com um campo de preenchimento livre, no qual poderiam ser colocadas informações sobre outras despesas.

Deve-se considerar que algumas instituições ainda não pactuaram ajustes, aguardando convenção coletiva ou mesmo processo de negociação. No caso das passagens aéreas, deve-se considerar que os reajustes incidem sobre a emissão do ticket aéreo e não no contrato como um todo, sendo, portanto, de difícil previsão.

O cenário observado neste conjunto reforça nossas preocupações. As Convenções Coletivas de Trabalho (CCT's) tem indicado, na média, percentuais superiores ao IPCA 2021 para os contratos de apoio administrativo. É o caso por exemplo da UNIFESP, cujo reajuste previsto é de 10,5%. O cenário é bastante preocupante particularmente nas IFES que possuem elevada relação Técnicos/Alunos (RAT), absolutamente dependentes desse tipo de contratação.

Em relação aos contratos de Limpeza e Conservação, que serão bastante pressionados neste retorno presencial, os reajustes também serão consideráveis. No caso da UFES, a pactuação de reajuste será de 13%, e de 19% na UFOP, impondo valores difíceis de



**Fórum Nacional de Pró-reitores de Planejamento e Administração**  
Regional SUDESTE

sustentar. Teme-se aqui que os protocolos de biossegurança não sejam implementados, colocando a comunidade universitária em potencial risco de infecção neste contexto pandêmico. Dinâmica de reajuste semelhante se verifica também nos contratos de vigilância e monitoramento.

Os contratos de manutenção predial, área verde e manutenção elétrica também tem apresentado reajustes acima da inflação, em percentuais ainda mais elevado. A UFSJ apresentou à Regional Sudeste nesta enquete um reajuste de 22% em seu contrato de manutenção elétrica, assim como a UFES (17,86%) e a UFU (14,27%). A título de exemplificação, a UNFESP sofreu um reajuste de 15,48% em seu contato de manutenção predial, dimensão também fundamental na garantia dos protocolos de biossegurança. Os Restaurantes Universitários, no que se refere aos reajustes nos contratos de mão de obra dedicada e atas de registro de preço de insumos, também impactarão os orçamentos discricionários de maneira direta: A UFSJ terá um reajuste de 49%, ao passo que a Unifesp terá um reajuste de 77%. Destarte, algumas instituições sequer conseguiram licitar este serviço, visto a dificuldade atinente à variação constante dos preços.

De uma maneira geral, embora com variações, podemos observar que os reajustes praticados agravam o quadro de um orçamento discricionário já diminuído.

Nestes termos, sugerimos à Coordenação Nacional do FORPLAD submeta a plenário do fórum proposta para realização de levantamento junto às IFES sobre os impactos dos reajustes contratuais realizados/previstos para o presente exercício, e informe a ANDIFES sobre a gravidade do quadro que aponta a dificuldades de cumprimento dos compromissos das IFES face a insuficiência de nosso orçamento no atual contexto.

Repeitosamente,

**Coordenação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Planejamento e Administração**



**Fórum Nacional de Pró-reitores de Planejamento e Administração**  
Regional SUDESTE

**Regional Sudeste.**